
O TRABALHO EM QUESTÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PERÍODO RECENTE NO BRASIL

*Marcio Pochmann**

Desde o início dos anos noventa, empregos e salários passam por alterações substanciais no Brasil. Em 1994, com o avanço do processo de estabilização monetária, a identificação de uma nova dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho tornou-se mais nítida.

Ainda que não esteja assegurado o sucesso, no longo prazo, do Plano Real, parece não haver dúvidas sobre a necessidade de ser repensado o papel das instituições e dos atores sociais que interagem no mercado de trabalho do País, principalmente no cenário de estabilidade monetária. Nesse sentido, quanto menor o atraso na implementação de mudança no ambiente das relações de trabalho, menores tenderão a ser as implicações sócio-econômicas negativas, sobretudo nos níveis de emprego e salário.

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes distintas. A primeira apresenta uma breve descrição dos principais indicadores sócio-econômicos, associados ao desempenho conjuntural do mercado de trabalho no País durante o ano de 1994.

Na segunda parte, destacam-se os elementos de natureza estrutural, que estariam conformando uma nova tendência tanto no que diz respeito ao funcionamento do mercado de trabalho quanto à ação dos atores sociais e das instituições no Brasil. As mudanças estruturais no emprego e no salário, na década de noventa são tratadas através das informações quantitativas e das análises teóricas.

1 - O ambiente sócio-econômico em 1994

Os dados estatísticos disponíveis para o ano de 1994 indicam que o processo de estabilização monetária em curso ocorre em um ambiente de

* Economista, Pesquisador da UNICAMP/IE/CESIT e Técnico do DIEESE.

rápido crescimento econômico. Segundo as estimativas da Fundação IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) registra taxa de expansão superior à de 1993.

O setor industrial, novamente, apresenta alta responsabilidade pela expansão do Produto. Em especial, destacam-se a indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo automobilística, e a indústria de bens de capital.

Paralelamente, constata-se o comportamento positivo das vendas no comércio varejista. O subsetor das vendas de bens duráveis e o subsetor de semiduráveis referentes à Região Metropolitana de São Paulo registram as maiores taxas de crescimento no ano de 1994. A seguir, a Tabela 1 possibilita observar os dados selecionados sobre o desempenho da economia nacional em 1994.

Tabela 1

Taxa de crescimento de indicadores econômicos selecionados,
acumulados no ano, no Brasil - 1994

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
Produto Interno Bruto (1)	5,7
Agropecuária	6,8
Indústria	7,1
Serviços	3,2
Produto industrial (2)	7,6
Bens de capital	18,6
Bens intermediários	6,5
Bens de consumo durável	15,5
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1,9
Nível de utilização da capacidade instalada (3)	79,8
Comércio geral (4)	15,5
Comércio geral sem concessionárias de veículos	17,1
Duráveis	39,3
Semiduráveis	16,6
Não duráveis	8,7
Veículos e construção	9,0

FONTE: IBGE.
FCESP.
FIESP.

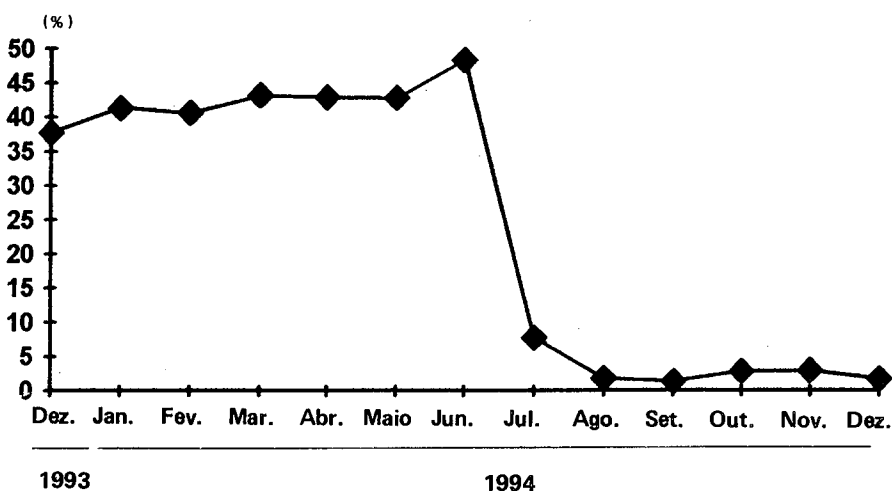
(1) Estimativa anual. (2) Dado do IBGE, para o Brasil, acumulado em dezembro. (3) Dado da FIESP para São Paulo. (4) Dado da Federação do Comércio do Estado de São Paulo para a Região Metropolitana de São Paulo.

Desde julho de 1994, com a introdução do novo padrão monetário, o aquecimento das vendas em geral deve-se à maior transparência dos preços no mercado de consumo, à ampliação das ocupações e ao aumento na capacidade de endividamento dos consumidores. Apesar das altas taxas de juros praticadas, repete-se, de certa maneira, a experiência ocorrida durante alguns planos de estabilização anteriores, quando a drástica queda da inflação resultou no fortalecimento dos indicadores de consumo. A diminuição do volume das aplicações no mercado financeiro não deixa de refletir, também, a transferência de ativos financeiros para a aquisição de bens e serviços.

O custo de vida, que registrava variações mensais próximas dos 50%, caiu rapidamente para o patamar abaixo dos 3% ao mês, a partir de julho. Em função disso, a inflação anual reduziu-se de mais de 2.000% para uma taxa anualizada um pouco acima de 40%. O Gráfico 1, a seguir, permite observar o comportamento da inflação desde o mês de dezembro de 1993.

GRÁFICO 1

INDICADOR MENSAL DA INFLAÇÃO, SEGUNDO O INPC, NO BRASIL — DEZ/93-DEZ/94



2 - Nível de ocupação

A permanência de taxas relativamente elevadas de desemprego durante o ano de 1994 indica a capacidade insuficiente da economia em incorporar número expressivo de trabalhadores. De fato, os dados disponíveis não deixam dúvidas a respeito do movimento diferenciado entre a expansão da economia brasileira e o baixo crescimento do número de empregos assalariados com carteira de trabalho.

Na região da Grande São Paulo, principal centro dinâmico industrial do País, a taxa de desemprego medida pela pesquisa DIEESE/SEADE em dezembro de 1994 atingia 12,6% da População Economicamente Ativa (PEA). Ou seja, após a economia ter registrado crescimento superior a 5% no ano, a taxa de desemprego em dezembro de 1994 representava apenas 0,7 ponto percentual a menos do que a taxa de desemprego de dezembro de 1993 na Grande São Paulo.

De acordo com os dados oficiais do Ministério do Trabalho (Lei nº 4.923/65), os empregos assalariados com carteira assinada em todo o País cresceram à taxa de 1,25% no ano de 1994. Isso significa a criação de apenas 274,4 mil novos postos de trabalho, frente ao crescimento da PEA nacional estimada em mais de um milhão de pessoas.

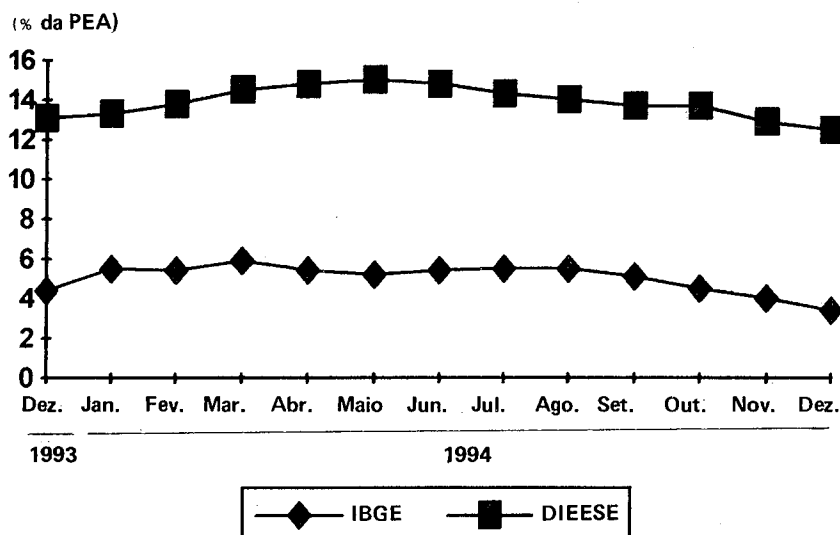
O Setor Terciário, em especial, assume maior responsabilidade pela expansão do emprego *vis-à-vis* ao fraco desempenho na oferta de novos postos de trabalho no Setor Secundário. Enquanto o Setor Terciário se responsabiliza pela geração de 202,3 mil novos empregos assalariados com carteira em 1994, o Setor Secundário registra o aumento de 68,6 mil novas vagas, segundo os dados nacionais gerados pelo Ministério do Trabalho.

Apesar da expansão do nível de atividade, observa-se que as taxas de desemprego nas principais regiões metropolitanas do País permanecem relativamente elevadas, exceto para a pesquisa sobre desemprego aberto da Fundação IBGE. O Gráfico 2 tem por objetivo apresentar os dados relativos ao comportamento do desemprego no ano de 1994.

À margem das legislações social e do trabalho são reforçadas as formas precárias de ocupação assalariada sem carteira assinada e por conta própria. Frente ao risco do desemprego aberto e à baixa capacidade do Setor Secundário em gerar — até o presente momento — expressiva quantidade de empregos regulares, ampliam-se ocupações precárias, com forte intensidade de trabalho e baixo rendimento.

Tanto as informações produzidas pela Fundação IBGE para seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) como as geradas pelos convênios entre a Fundação SEADE e o DIEESE para três regiões metropolitanas (Brasília, São Paulo e Porto Alegre) permitem observar a expansão das ocupações assalariadas sem carteira assinada e por conta própria.

GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO NO BRASIL
DEZ/93-DEZ/94

FONTE: IBGE.
SEADE/DIEESE.

Nesse aspecto, o Brasil, em termos gerais, estaria deixando de ser uma economia de taxas relativamente baixas de desemprego e de elevada rotatividade no emprego. Em compensação, estaria transformando-se em uma economia com desemprego de médio e longo prazos e continuada instabilidade nos contratos de trabalho, pois, quando o emprego assalariado com carteira cresce, registra variação positiva significativamente baixa.

Compatível com a manutenção de elevado nível de desemprego, verifica-se o aumento no número de beneficiários do programa nacional do seguro-desemprego. Em 1994, o número total de segurados aproximou-se de 1,6 milhão de pessoas, o que representa cerca de 2% acima do total de beneficiados no ano de 1993.

A Tabela 2 apresenta o conjunto de indicadores selecionados sobre o comportamento do emprego em 1994. Notam-se as altas taxas de desemprego e o fraco desempenho na criação de novos postos de trabalho regulados e assalariados.

Tabela 2

Taxa de crescimento de indicadores seleccionados sobre a ocupação
e o desemprego no Brasil - 1994

DISCRIMINAÇÃO	TAXA
Desemprego (1)	
Total DIEESE/SEADE	12,5
Aberto	7,9
Oculto	4,6
Total IBGE	3,4
Indústria	4,1
Serviço	2,7
Emprego assalariado com carteira (2)	1,2
Extrativa mineral	-2,4
Indústria de transformação	1,6
Serviço industrial de utilidade pública	0,0
Construção civil	-1,6
Comércio	2,3
Serviço	1,3
Administração pública	-0,1
Emprego assalariado sem carteira (3)	20,9
Autônomo	6,4
Seguro-desemprego (4)	2,2

FONTE: IBGE.

SEADE/DIEESE.

Ministério do Trabalho.

(1) Percentual da PEA, para dezembro, tendo como fonte o IBGE - resultando da pesquisa realizada em seis regiões metropolitanas - e o SEADE/DIEESE -- resultando da pesquisa realizada em três regiões metropolitanas. (2) Percentual acumulado no ano; refere-se aos dados do MTB para todo o Brasil em dezembro de 1994. (3) Percentual acumulado no ano; refere-se à região da Grande São Paulo em dezembro de 1994. (4) Variação média acumulada no ano.

3 - Nível de remuneração e custo do trabalho

O poder de compra do rendimento assalariado encontra-se diretamente associado ao comportamento da taxa de inflação e ao grau de indexação do salário. Somente no ano de 1994, três foram as políticas gerais de indexação dos salários implementadas em ambientes inflacionários distintos.

Para o período com inflação crescente, vigorou, até o mês de fevereiro, a correção integral para a faixa de até seis salários mínimos a cada quatro meses, com antecipações parciais bimensais de acordo com o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), calculado pela Fundação IBGE. De março a junho, houve a superindexação do rendimento assalariado. O salário, após sua conversão para a Unidade Real de Valor (URV) em março, segundo a média do seu poder aquisitivo, passou a ser corrigido diariamente pela variação média de três índices de preços (IGP-FGV, IPC-FIPE, IPCA-IBGE).

Para o período posterior a julho, a indexação salarial, embora mantida, passou a ter periodicidade anual. Ou seja, somente na data-base de cada categoria, o salário é atualizado segundo a variação do IPCr/IBGE — indexador oficial criado somente para detectar a inflação na nova moeda nacional.

Em função do novo critério de indexação oficial, qualquer elevação no custo de vida, ainda que relativamente baixa, resulta, invariavelmente, na redução do poder aquisitivo dos salários. É óbvio, contudo, que, dependendo da categoria de trabalhadores, o comportamento do salário é diferente, tendo em vista as assimetrias no poder de barganha sindical,

Trabalhadores do setor industrial, salvo exceção, registram melhor situação salarial, seja pela prática constante de adoção dos mecanismos de indexação perfeita, seja pelo maior poder de pressão sobre as grandes empresas. De maneira geral, os funcionários públicos, os trabalhadores amparados minimamente pela política oficial de indexação e os empregados de salário mínimo apresentam situação salarial prejudicada.

De outra forma, os assalariados de classe média passam a ter seus orçamentos pressionados pela maior elevação dos planos de saúde, dos serviços privados e dos aluguéis. Isso ocorre de forma diferente para os trabalhadores de salário de base, que registram certa estabilidade nos preços de bens direcionados ao consumo popular.

Dependendo da fonte de pesquisa e de sua metodologia (por domicílio, por estabelecimento e por empresa), podem ser encontradas informações não convergentes para a evolução do valor médio real do salário. Para o ano de 1994, há indicações de que o salário médio real se apresenta 10% menor do que o salário médio de 1993. No caso do salário mínimo, entretanto, há queda não desprezível.

Quando se trata de pesquisas domiciliares, as informações sobre o comportamento do salário médio real são mais amplas. Observa-se, desde o primeiro trimestre de 1994, a tendência de queda do salário médio real tanto

com a conversão dos salários em URV quanto com a implementação do real, principalmente no caso da Região Metropolitana de São Paulo.

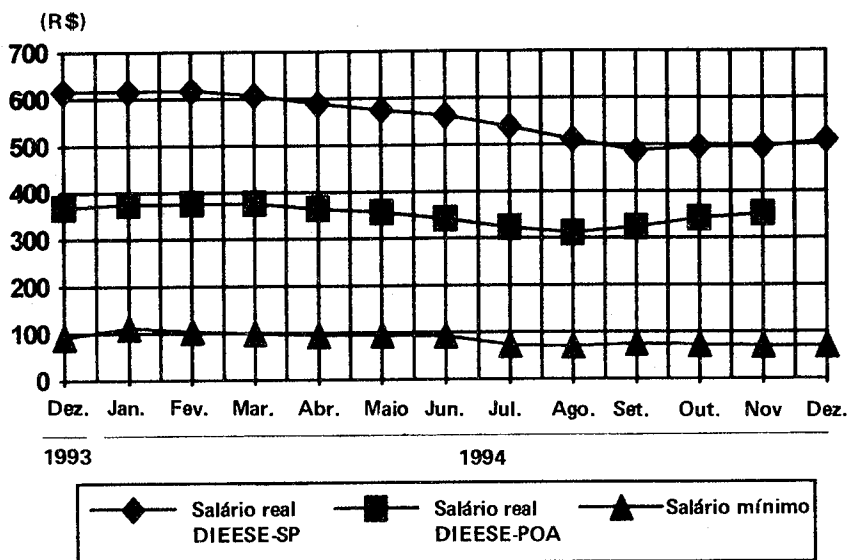
Apenas no último quadrimestre, há interrupção na tendência de queda no salário médio real. A partir daí, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo o salário médio permanece com o seu poder de compra praticamente inalterado, na Região Metropolitana de Porto Alegre verifica-se uma leve e gradual elevação.

O Gráfico 3 permite observar o comportamento do rendimento médio real dos assalariados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre (PED/SEADE/DIEESE), bem como a evolução real do salário mínimo nacional.

De acordo com o Gráfico 3, evidencia-se a tendência de queda do valor real do salário médio durante os oito primeiros meses de 1994. Essa tendência poderia representar maior capacidade de ajuste na estrutura de custos das empresas.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL E DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS ASSALARIADOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E PORTO ALEGRE — DEZ/93-DEZ/94



FONTE: SEADE/DIEESE.

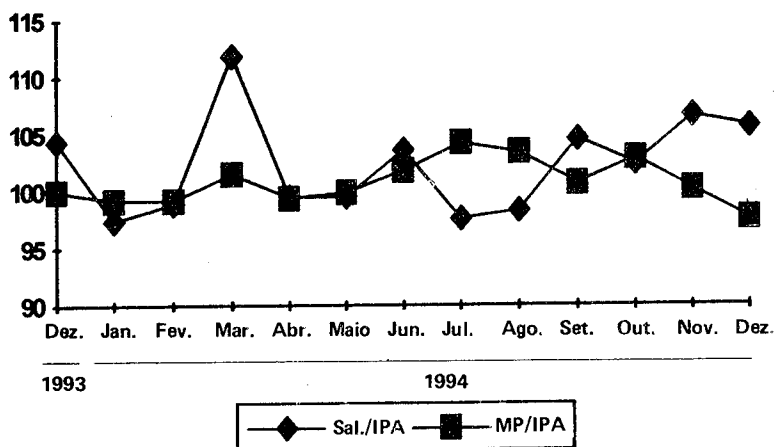
NOTA: Dados em R\$ de dez./94.

Dependendo do comportamento do custo da matéria-prima, as empresas podem ter elevado o nível das margens de lucro visando absorver pressões de custos durante o Plano Real. Para o setor industrial de São Paulo, onde a situação salarial mostrou ser menos prejudicada pelos ajustes econômicos, as relações entre salário real/IPA industrial e custo de matéria-prima/IPA somente apresentam alterações a partir do terceiro trimestre do ano de 1994, já em pleno período de estabilização monetária.

De acordo com o Gráfico 4, pode-se observar que não há grandes alterações nos comportamentos do custo salarial e das matérias-primas no primeiro semestre de 1994. A partir daí, percebe-se no terceiro trimestre, pressão nos custos das matérias-primas, e, posteriormente, no quarto trimestre, pressão do custo salarial na estrutura de custos das empresas industriais de São Paulo. Para definir os comportamentos dos custos salariais, combinou-se as variações do salário médio real e das matérias-primas com o Índice de Preços por Atacado nas indústrias do Estado de São Paulo.

GRÁFICO 4

RELAÇÃO ENTRE O SALÁRIO MÉDIO REAL NO SETOR INDUSTRIAL E O ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO E ENTRE O PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS NO SETOR INDUSTRIAL E O ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO EM SÃO PAULO — DEZ/93-DEZ/94



FONTE: FIESP.
FGV.
IBGE.

4 - Ação sindical e negociação coletiva de trabalho

O ambiente da ação sindical manteve-se conturbado durante 1994. A aceleração na taxa de inflação nos primeiros seis meses e sua repentina queda no segundo semestre, as constantes mudanças nas regras de indexação salarial e o processo eleitoral influenciaram, decisivamente, o ambiente das negociações coletivas de trabalho e o comportamento dos atores sociais.

De um lado, o endurecimento nas posições dos empregadores impôs dificuldades adicionais para avanços no âmbito dos conteúdos das negociações coletivas. O fato de a economia nacional estar menos protegida termina contribuindo para que não sejam tão simples as decisões empresariais de repasse dos adicionais de custos de produção para os preços.

De outro lado, a política econômica voltada para a desindexação dos salários e a ação inapelável da Justiça do Trabalho colocam o sindicato laboral, de uma maneira geral, na defensiva. Não fosse sua inusitada capacidade reativa, o sindicato, possivelmente, teria permanecido paralisado nos momentos de implantação da conversão dos salários para a URV (março/94) e para o real (julho/94).

Em função disso, o salário real pôde ter movimento diferente ao inicialmente previsto pelas autoridades governamentais.¹ A situação de maior confronto trabalhista tende a se generalizar, mesmo nos setores marcados, nos últimos anos, pela larga experiência cooperativa e pouco polarizada.

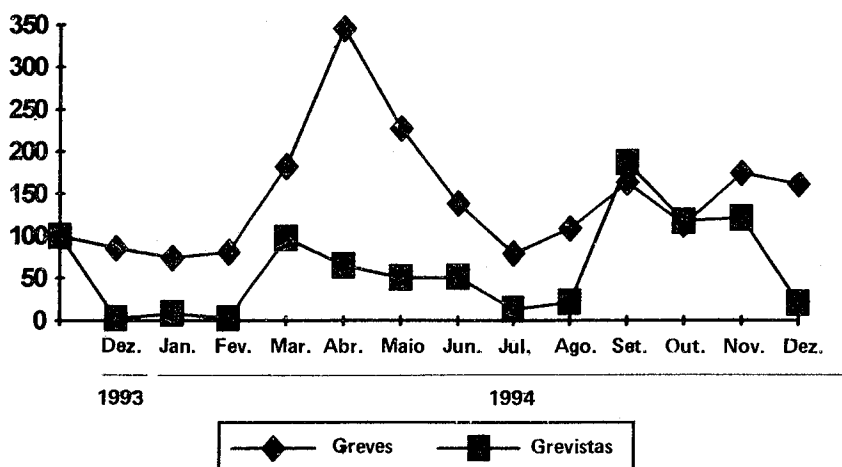
As greves dos metalúrgicos do ABCD paulista e dos petroleiros foram emblemáticas dos conflitos distributivos, muitas vezes pressionados por agentes terceiros (Governo Federal e Justiça do Trabalho). Diante disso, categorias que anteriormente se caracterizavam por negociações diretas sofrem a intervenção da Justiça do Trabalho (metalúrgicos e bancários), enquanto correntes sindicais opostas podem trabalhar conjuntamente (articulação entre a CUT e a força sindical na greve dos metalúrgicos do ABCD paulista).

Além das dificuldades verificadas no âmbito das negociações coletivas de trabalho em 1994, adicionam-se novos elementos de fragilização das relações de trabalho. De certo modo, a maior presença da Justiça do Trabalho nos processos de negociação coletiva e a redução no número de greves e de grevistas podem estar sinalizando não apenas a diminuição da capacidade de mobilização dos sindicatos nos conflitos trabalhistas, mas, principalmente, um possível retrocesso nas relações entre o capital e o trabalho. O Gráfico 5 apresenta o índice de evolução do movimento de greves e de grevistas, no Brasil, em 1994 em relação ao ano de 1993.

¹ Sobre as negociações coletivas de trabalho em 1994, ver: DIEESE (AS NEGOCIAÇÕES..., 1994), (AS NEGOCIAÇÕES..., 1994a).

GRÁFICO 5

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE GREVES E DE GREVISTAS NO BRASIL — DEZ/93-DEZ/94



FONTE: DIEESE.

NOTA: Média do número de greves e de grevistas em 1993 = 100.

De certa forma, quando se analisa o comportamento geral dos empresários, podem-se observar posições diferenciadas quanto à atenção para a reforma constitucional e para o processo eleitoral em 1994. Além disso, a implementação do Plano Real, com fortes efeitos sobre o resultado eleitoral, também contribui para a posição empresarial de procurar evitar, na medida do possível, os confrontos social e trabalhista. A transferência para a Justiça do Trabalho das partes polêmicas das pautas de reivindicações dos trabalhadores indica a precaução do lado empresarial durante um ambiente sindical muito sensível.

5 - Mudanças estruturais no emprego e no salário após 1990

Desde o início dos anos 90 que a economia brasileira apresenta uma trajetória de queda do poder aquisitivo dos salários e de diminuição dos postos de trabalho assalariados com carteira assinada. Isso, no entanto, não parece ser uma especificidade nacional.

Há toda uma literatura internacional e nacional especializada que informa a respeito da nova fase de expansão do capitalismo nestas últimas duas décadas do século XX. Diferentemente dos anos de ouro (1945-73), atualmente a economia de mercado tem crescido sem gerar emprego significativo, o que tem implicado aumento das desigualdades e de novas formas de exclusão social.²

No Brasil, não existe, ainda, consenso sobre a conformação de uma nova fase de crescimento econômico sustentado. Observa-se, contudo, que a ocupação da capacidade instalada do parque produtivo nacional tem ocorrido, recentemente, sem a expansão significativa dos empregos assalariados com carteira, apenas com aumentos expressivos nas formas de ocupação precária.

Depois de ter perdido cerca de dois milhões de postos de trabalho formais em todo o País (no Estado de São Paulo, o setor industrial diminuiu quase 25% dos empregos) durante a recessão de 1990-92, a recuperação da economia brasileira vem se dando sem o registro positivo de forte repercussão no nível do emprego regular. Ao contrário do que se poderia esperar, o aumento da produção não tem resultado na alteração substancial da evolução nos salários e nos empregos.

O Gráfico 6 permite observar que, em 1994, apesar de ter recuperado o nível de produção, tanto o estoque de emprego assalariado com carteira de trabalho quanto o poder aquisitivo do salário permaneceram muito abaixo dos de 1989 para o caso da Região Metropolitana de São Paulo.

O fato de a economia brasileira estar crescendo sem a expansão significativa de novos empregos assalariados com carteira assinada pode estar relacionado a, pelo menos, dois motivos principais. O primeiro diz respeito à forma com que foram eliminados os postos de trabalho durante a recessão de 1990-92.

Durante o período 1990-92, a equipe econômica do Governo Collor não apenas adotou o receituário recessivo (redução do nível de demanda interna através da diminuição do gasto público, da elevação real dos juros, do corte

² Sobre a literatura referente à nova forma de crescimento do capitalismo, ver Mattoso (1993), Pochmann (1993).

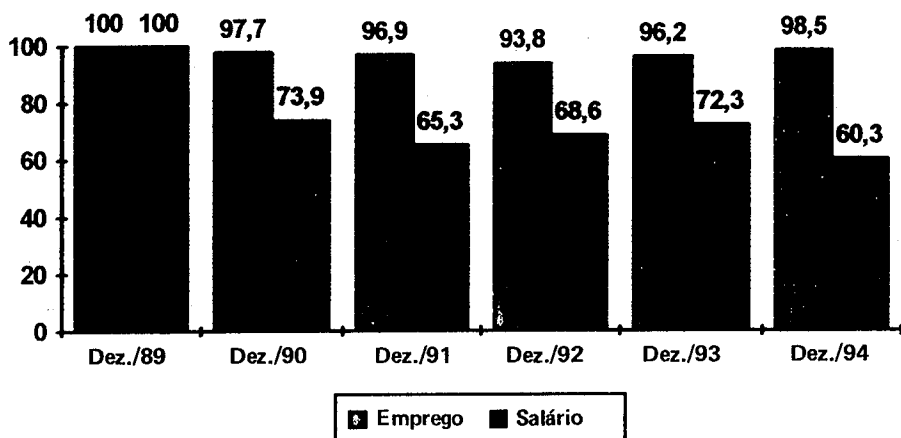
nos créditos bancários e da redução dos salários), mas, também, diversas medidas foram implementadas, tendo em vista o objetivo de abrir comercialmente a economia nacional.

Abruptamente, foram eliminados os regimes especiais de importação, substituídas as barreiras não tarifárias por tarifárias, simplificados os procedimentos burocráticos nas licenças de importação e reduzidas as tarifas alfandegárias. Paralelamente às medidas recessivas e ao processo de abertura da economia, foram realizadas, ainda, ações concretas no sentido da desregulação da economia, da privatização do setor estatal, da flexibilização dos investimentos externos e da transferência de tecnologia.

Diante da redução da demanda interna e, por consequência, da produção, as empresas, sobretudo as de maior porte, buscaram reestruturar suas atividades. O movimento de desverticalização produtiva evidencia a concentração em produtos competitivos, a compactação dos processos e a terceirização de diversas atividades internas, como forte repercussão sobre o nível de emprego assalariado com carteira de trabalho.

GRÁFICO 6

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO E DO SALÁRIO MÉDIO EM SÃO PAULO — DEZ/89-DEZ/94



FONTE: DIEESE/SEADE.

NOTA: Base: dez./89 = 100.

De maneira distinta da que ocorreu durante a recessão de 1981-83, assistiu-se, nos anos 1990-92, ao movimento de queda da produção, acompanhado da redução do grau de proteção do parque produtivo nacional. No início dos anos 80 a redução do nível da demanda agregada deu-se conjuntamente com o fechamento da economia nacional (forte redução nas importações).

A preocupação do Governo Figueiredo em atender aos compromissos estabelecidos com os banqueiros internacionais, levou ao esforço de geração de elevados saldos na balança comercial, no início da década de 80. Destaca-se que, inicialmente, os saldos comerciais foram promovidos muito mais pela redução nas importações do que pelo aumento nas exportações.

Frente à queda nos níveis de demanda e da produção, as empresas procuraram orientar o processo de ajuste nas esferas financeira e patrimonial. Dessa forma, nos primeiros anos da década de 80, as empresas privadas, em geral, reduziram o grau de endividamento e elevaram seus lucros, principalmente através das aplicações financeiras.

Sem a preocupação com a geração de elevados superávits comerciais, as medidas recessivas implementadas nos anos 1990-92 ampliaram o grau de exposição externa de parte do setor produtivo. Muito mais do que em 1981-83, o salário e o emprego transformaram-se em componentes importantes do ajuste de preços e de produção.

Tanto o salário quanto o emprego sofreram, de maneira geral, fortes prejuízos. A política de arrocho, que provocou a desindexação salarial em 1990 e a indexação parcial em 1991-92, bem como os movimentos de terceirização de parte dos custos do trabalho trouxeram fortes ajustes para o mercado de trabalho nacional.³

A Tabela 3 permite observar os principais indicadores econômicos nos anos 1981-83 e 1990-92. De maneira geral, o maior peso do ajuste econômico concentrou-se nos níveis de emprego e de salário durante o período 1990-92.

O segundo motivo explicativo para o crescimento econômico sem a geração de emprego regular diz respeito à forma pela qual a economia brasileira voltou a crescer após 1992. O aumento médio anual do Produto Interno Bruto, estimado em 4,9% no período 1993-94, reflete a taxa de crescimento dos empregos formais, em todo o País, de apenas 1,0%.

Nos anos 1984-86, o crescimento médio anual do PIB de 6,9% implicou taxa de expansão do emprego regular de 4,9%. Nos anos 90, a diminuição na elasticidade emprego-produto, em diversos setores de atividade econômica, expressa a forma diferenciada com que o Brasil voltou a crescer desde 1992.

A Tabela 4 apresenta indicadores econômicos selecionados que permitem comparar o comportamento da economia durante os anos de crescimento — 1984-86 e 1993-94.

³ Sobre os ajustes no mercado de trabalho durante a última recessão, ver: Baltar, Oliveira (1994); DIEESE (OS TRABALHADORES..., 1993); SEADE (O MERCADO..., 1993).

Tabela 3

Variação percentual média anual de indicadores econômicos selecionados
no Brasil — 1981-83 e 1990-92

DISCRIMINAÇÃO	1981-83	1990-92
Emprego	-6,3	-7,9
Produto industrial .	-2,8	-4,8
Exportação	2,7	1,4
Importação	-5,4	4,3
PIB per capita	-2,8	-2,5
Salário mínimo	0,2	-9,1
Produtividade	4,2	6,7

FONTE: IBGE.
DIEESE.
FGV.

Tabela 4

Variação percentual média anual de indicadores econômicos selecionados
no Brasil — 1984-86 e 1993-94

DISCRIMINAÇÃO	1984-86	1993-94
Inflação	183,5	1 307,6
Câmbio real	1,5	23,2
PIB	6,9	4,9
Produto industrial	8,7	5,8
Investimento	5,0	10,6
Exportação	4,5	5,8
Importação	-3,6	11,1
Saldo da balança comercial	20,4	-7,8
Déficit primário	18,1	-0,3

FONTE: IBGE.
BACEN.

Os dados sobre o crescimento recente da produção nacional indicam que ela tem ocorrido em um ambiente de alta taxa de inflação (maior incerteza sobre as decisões empresariais), de abertura da economia para o Exterior (saldos comerciais decrescentes, com aumento das importações), de valorização da moeda nacional, de cortes nos gastos operacionais do setor público (diminuição do déficit público) e de privatização. Em relação aos anos 1984-86, as taxas de crescimento econômico eram mais altas, a inflação era menor, o gasto público maior e não houve redução nos níveis de proteção do parque produtivo nacional (importações decrescentes).

Além disso, durante os anos 1984-86, assistiu-se à maturação de vários investimentos públicos, iniciados ainda na segunda metade dos anos 70 (II PND), com impactos importantes no nível de emprego nacional. Nos anos 90, não há registro de programas de grandes investimentos.

Ao contrário, o setor público tem perdido capacidade de investimento, sem ter sido substituído pelo setor privado. Mesmo nas empresas estatais que foram privatizadas, não se observam reforços expressivos em suas capacidades produtivas, mas, sim, esforços voltados para a racionalização produtiva e para a terceirização da mão-de-obra.

Associado ao movimento de abertura comercial e à crescente ampliação do grau de exposição externa do mercado, constatou-se a instabilidade crescente das empresas, a subcontratação de parte da produção por grandes estabelecimentos e a importação de componentes anteriormente produzidos internamente. Em função disso, empregos e salários apresentaram comportamentos distintos.

Nos anos 1984-86, com menor inflação e maior crescimento do emprego, os sindicatos realizaram maior número de greves. A obtenção de salários reais maiores, acima muitas vezes da produtividade média do trabalho, esteve certamente vinculada à maior ação sindical.

Durante o período 1993-94, o salário ou perdeu parte do seu poder aquisitivo, ou deixou de incorporar os expressivos ganhos de produtividade do trabalho ocorridos recentemente. O maior número de desempregados e a insignificante expansão dos empregos assalariados com carteira de trabalho terminaram por repercutir na ação sindical. A diminuição no número de greves realizadas constitui-se em forte indício disso.

A Tabela 5 ao selecionar indicadores relativos ao comportamento do mercado de trabalho, possibilita comparar as diferentes *performances* dos empregos assalariados, do desemprego, da produtividade, do salário real, dentre outros, nos anos 1984-86 e 1993-94.

A deterioração do mercado de trabalho e a ampliação das relações de trabalho precárias têm desgastado as formas tradicionais de negociação coletivas de trabalho. Estas, embora majoritárias, perderam espaço na definição dos salários nominais frente ao crescimento do papel da Justiça do Trabalho e das políticas salariais.

Tabela 5

Indicadores selecionados do comportamento do mercado de trabalho
no BR e em SP - 1984-86 e 1993-94

DISCRIMINAÇÃO	1984-86	1993-94
Emprego formal (variação % média anual no Brasil)	4,9	0,7
Desemprego (% da PEA em São Paulo) ...	10,7	14,2
Produtividade (variação % média anual no Brasil)	3,2	8,9
Salário real (variação % média em São Paulo)	12,9	-3,1
Salário mínimo (variação % média anual no Brasil)	-7,5	-3,0
Número médio mensal de greves no Brasil	73	58
Número médio mensal de grevistas no Brasil	299 900	497 000

FONTE: IBGE.

DIEESE.

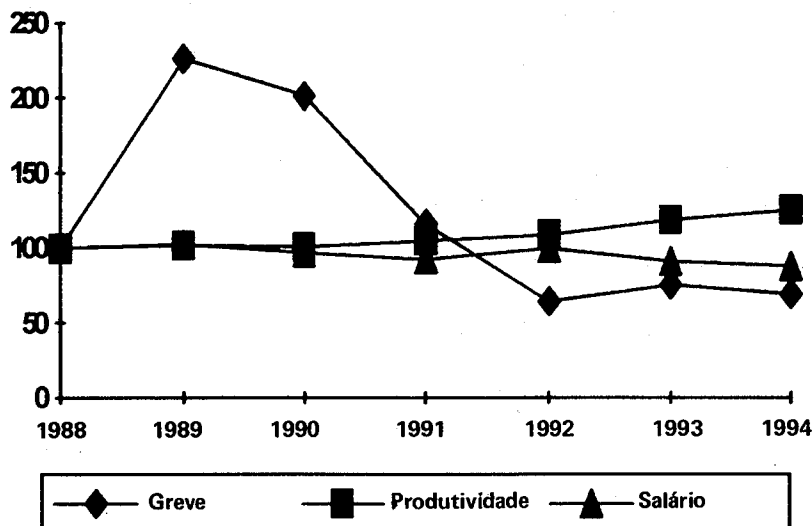
Ministério do Trabalho.

A autonomia da empresa em definir salário e emprego tornou-se ainda maior. O Gráfico 7 permite observar o comportamento dos indicadores selecionados que tratam das relações de trabalho.

No Gráfico 7, observar-se a queda no número de greves ocorrida desde 1989. Paralelamente, pode-se verificar o aumento no diferencial entre a evolução do salário real e a da produtividade no setor industrial.

GRÁFICO 7

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE GREVES DO SALÁRIO-HORA INDUSTRIAL AJUSTADO PELA PRODUTIVIDADE E DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NO BRASIL — 1988-94



FONTE: DIEESE.

IBGE.

NOTA: Base: média de 1988 = 100.

6 - Síntese do debate atual sobre as mudanças estruturais no emprego e no salário

Não há consenso sobre as tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro. As interpretações são divergentes, principalmente quando se trata de avaliar a capacidade de a economia recuperar o nível de emprego registrado no final dos anos 80.

Para alguns autores,⁴ as medidas direcionadas para a abertura da economia e para a recessão, junto com o Código de Defesa do Consumidor e

⁴ A respeito da discussão sobre reestruturação e emprego em 1990-92, ver: Amadeo, Villela (1994); Considera, Silva (1994).

com o Programa Brasileiro Qualidade e Produtividade, estariam demarcando o processo de reestruturação produtiva desde 1990. O baixo patamar dos investimentos, muito mais do que indicar as mudanças na tecnologia produtiva, revelaria a natureza das alterações nas técnicas de produção e de organização do trabalho.

A continuidade do crescimento econômico, com significativas taxas de produtividade, permitiria verificar seus efeitos diretos e positivos sobre o nível de emprego. Assim, não haveria uma contraposição entre o aumento da produtividade e a elevação do nível de emprego, sendo a recuperação dos postos de trabalho perdidos durante a recessão de 1990-92 uma questão de tempo.⁵

Outros autores,⁶ no entanto, não possuem a mesma visão otimista sobre a capacidade de plena recuperação dos empregos perdidos na recessão de 1990-92 simplesmente através do crescimento econômico. Isto porque a modernização econômica, apesar de restrita e localizada, tenderia a provocar maior concentração econômica e heterogeneidade setorial. Por consequência, o nível de exclusão social tenderia a ser ainda mais elevado.

As transformações organizacionais e produtivas, por ocorrerem de forma concentrada em alguns setores e empresas mais expostos à concorrência externa, refletiriam o baixo nível do investimento e, por conseguinte, a fraca capacidade de generalizar a retomada sustentada da economia. Assim, o aumento da produção no período 1993-94 não estaria permitindo plenamente a recuperação dos empregos regulares perdidos na última recessão (1990-92), mas apenas ampliando as ocupações precárias, muitas delas sem registro ou por conta própria (DEDECCA, MONTAGNER, 1993; O MERCADO..., 1993).

Em função disso, a precarização do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e com a difusão de ocupações não regulamentadas, estaria diretamente associada ao ambiente econômico nacional e à política macroeconômica de forte ajuste nos níveis de emprego e de rendimento assalariado. O rompimento do padrão histórico de expansão do mercado de trabalho durante a industrialização não é recente, tendo já o seu início desde a crise dos anos 80.⁷

Atualmente, portanto, o emprego dependeria de medidas extramercado e não apenas e tão-somente do crescimento econômico, conforme no passado, quando foram altas as taxas de expansão do emprego assalariado com carteira de trabalho. Diante disso, as posições pró-mercado e anti-instituições encontram-se, mais do que nunca, aquém dos desafios do emprego e dos salários no Brasil.

⁵ Sobre a capacidade de a economia recuperar os empregos perdidos, ver: Rodrigues (1994); Amadeo, Villela (1994).

⁶ Sobre as novas características de funcionamento do mercado de trabalho ver: Baltar et al. (1993); Baltar, Henrique (1994); Deddeca, Brandão (1993).

⁷ Sobre as modificações estruturais do mercado de trabalho ver: Cacciamali (1993); DIEESE (O DESEMPREGO..., 1994); Oliveira et al. (1994).

Bibliografia

- AMADEO, E., VILLELA, A. (1994). Crescimento da produtividade e geração de empregos. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jun.
- BALTAR, P. et al. (1993). **Mercado de trabalho, precarização e exclusão no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE. (mimeo).
- BALTAR, P., HENRIQUE, W. (1994). Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: OLIVEIRA, C. Barbosa de et al., orgs. **O mundo do trabalho**, São Paulo: Scritta.
- BALTAR, P., OLIVEIRA, C. Barbosa de (1994). **Recessão e desemprego na Grande São Paulo (1990/92)**. Campinas: UNICAMP/IE. (Relatório de pesquisa; mimeo).
- BARBOSA DE OLIVEIRA (1994) ver OLIVEIRA, C. Barbosa de et al (1994)
- CACCIAMALI, M. (1993). **Assalariamento legal no mercado de trabalho urbano de grande São Paulo: características e evolução (1985/92)**. São Paulo: USP. (mimeo).
- CONSIDERA, C., SILVIA, A. (1994). Crescimento, emprego, produtividade e distribuição de renda. In: BRASIL no fim do século. Rio de Janeiro: IPEA.
- DEDECCA, C., MONTAGNER, P. (1993). **Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro**. Campinas: UNICAMP. (Texto para discussão, n.2).
- DEDECCA, C., BRANDÃO, S. (1993). Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho. In: APPY, Bernard et al. **Crise brasileira: anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: DESEP/INCA.
- O DESEMPREGO e as políticas de emprego e renda (1994). **Pesquisa DIEESE**, São Paulo, n.10.
- MATTOSO, J. (1993). **Trabalho e desigualdade social no final do século XX**. Campinas.
- O MERCADO de trabalho da grande São Paulo em 1993. **Pesquisa de Emprego e Desemprego - Grande São Paulo**, São Paulo: SEADE, n.110.
- OLIVEIRA, C. Barbosa de et al., org. (1994). **O mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta.
- AS NEGOCIAÇÕES salariais pós real (1994a). **Informativo DIEESE**, São Paulo, n.4. (mimeo).
- AS NEGOCIAÇÕES salariais pós URV (1994). **Informativo DIEESE**, São Paulo, n.3.

- POCHMANN, M. (1993). **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. Campinas: UNICAMP/IE. (Tese de doutoramento).
- RODRIGUES, M. (1994). Mercado de trabalho: começo da recuperação. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV/IBRE, v.48, n.10, jul.
- OS TRABALHADORES frente a terceirização (1993). **Pesquisa DIEESE**, São Paulo, n.7.